

PROPOSTA DE PAZ 2010

POR DAISAKU IKEDA, PRESIDENTE DA SOKA GAKKAI INTERNACIONAL



NOVOS

VALORES

PARA UMA NOVA ERA



DAISAKU IKEDA nasceu em Tóquio, Japão, em 2 de janeiro de 1928.

Formado pela Escola Superior Fuji, na área de Economia, é atualmente presidente da Soka Gakkai Internacional (SGI), uma das maiores organizações não governamentais das Nações Unidas, com mais de 12 milhões de associados em 192 países e territórios.



Fundou várias instituições educacionais e culturais, como as escolas Soka (da educação infantil ao ensino superior), a Associação de Concertos Min-On, o Instituto de Filosofia Oriental e o Museu de Arte Fuji de Tóquio.

Pacifista, filósofo, poeta laureado e escritor, com obras traduzidas para mais de vinte línguas, é sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras (ABL) desde 1992, ocupando a cadeira de nº 14.

Ikeda acredita que um movimento popular centralizado nas Nações Unidas é a chave para transformar o mundo, onde imperam a desunião e a hostilidade, num lugar de coexistência pacífica. Por isso, apresenta anualmente, no dia 26 de janeiro, aniversário de fundação da SGI, sua proposta de paz.

A SGI é oficialmente registrada como ONG no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), no Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), no Departamento de Informações Públicas das Nações Unidas (UNDPI) e na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Também integra a Federação Mundial das Associações das Nações Unidas (WFUNA).



Proposta de Paz 2010



NOVOS VALORES PARA UMA NOVA ERA

Por Daisaku Ikeda,
Presidente da Soka Gakkai Internacional

Enviada às Nações Unidas (ONU)
Por ocasião do 35º aniversário da SGI, em 26 de janeiro de 2010

Tradução: Elizabeth Miyashiro

Revisão: Thiago de Mello

Colaboração: Elizangela Gomes Marques
Susan Scaranci Ribeiro
Astolfo Valentim Vieira Martins

Arte: Iusse José Filho

Capa (arte e montagem): Henrique Kubota

Foto original: Photos.com

Todos os direitos reservados à Editora Brasil Seikyo Ltda.

Editora Brasil Seikyo Ltda. Administração e redação: Rua Tamandaré, 1.040
São Paulo, SP – CEP: 01525-000

Fones: (11) 3274-1940 / 1941 – Fax: (11) 3274-1949

CNPJ nº 61.612.891/0001-21

Matrícula na Lei de Imprensa nº 2092 – Registro no INPI nº 0060117320

Diretor-Presidente: Wagner Takeshi Issami

Jornalista responsável: Júlio Tadachi China (matrícula no DRT nº 17.595)

Impressão: Prol Editora Gráfica Ltda.

NOVOS VALORES PARA UMA NOVA ERA

Neste 80º aniversário da Soka Gakkai e 35º aniversário de fundação da Soka Gakkai Internacional (SGI), minha primeira palavra é de solidariedade às vítimas do devastador terremoto no Haiti. Oro ardentemente por todos os afetados e confio que a comunidade internacional reúna esforços de auxílio à reconstrução do país.

Quero sugerir algumas formas eficazes para a construção de um mundo de paz, minha constante preocupação. Faz um ano que Barack Obama tomou posse como presidente dos Estados Unidos. Sob a bandeira da “mudança”, a eleição do primeiro presidente afro-americano dos Estados Unidos criou grandes expectativas nos povos do mundo.

A recessão global, pela falência do banco de investimentos Lehman Brothers, em setembro de 2008, alimentou ainda mais as esperanças de que alguma mudança seria anunciada pelos Estados Unidos. O Ato Americano de Recuperação e Reinvestimento, assinado no mês seguinte à posse de Obama, atraiu a atenção de todos, como um processo de novas oportu-

nidades de emprego, em virtude da ênfase na política de energia renovável.

O sistema financeiro mundial, então à beira do colapso, estabilizou-se graças às ações políticas coordenadas de vários governos. Contudo, isso resultou em deficits orçamentários massivos e a situação de emprego permanece calamitosa.



Profundas são as raízes da crise. Tudo indica que uma recuperação plena ainda está distante. Existe, sim, a possibilidade de uma “recessão dupla”, como a da Grande Depressão dos anos 30.

O presidente Obama impulsiona uma transformação fundamental na questão das armas nucleares — produto demoníaco da civilização científico-tecnológica moderna.

No discurso de Praga, República Tcheca, em abril de 2009, falou da responsabilidade moral dos Estados Unidos por ser o único país a usar bombas atômicas na guerra. Obama clamou por um mundo liberto dessas armas, gerando novo ímpeto aos esforços para o desarmamento, paralisados há muito tempo.

A abolição dessas armas é uma questão antiga, de extrema importância para mim: compromisso que mantenho com meu mestre, o segundo presidente da Soka Gakkai, Jossei Toda (1900-1958). Não me canso de enfatizá-la nos meus encontros com intelectuais e líderes políticos ao longo dos anos. Em 8 de setembro de 2009, lancei a proposta “Construindo a Solidariedade Global pela Abolição das Armas Nucleares” para celebrar o brado cinquentenário de Toda pela eliminação dessas armas apocalípticas.

Elas representam os impulsos negativos mais profundos do coração humano, em toda a história de nossa espécie. Sei que eliminá-las é tarefa difícil. É ilusão esperar progressos rápidos. Como o próprio presidente Obama advertiu ao receber o Prêmio Nobel da Paz:

A não violência de Gandhi e Luther King pode não ter sido possível nem é aplicável em certas circunstâncias, mas o amor que pregaram — a fé no progresso humano — deve sempre guiar nossa jornada.¹



Como Gandhi observou, “O bem viaja com velocidade de lesma”.² É, portanto, vital manter uma posição flexível e persistente; evitar julgamentos de políticas in-

Jossei Toda, segundo presidente da Soka Gakkai e autor da Declaração pela Abolição das Armas Nucleares



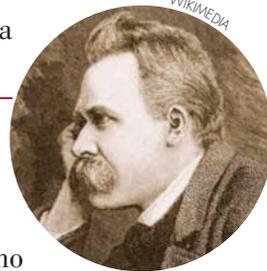
dividuais para alcançar grandes objetivos. Expectativas podem ser frustradas. Espero que a comunidade internacional assuma esses desafios, sem perder de vista o seu ideal durante a luta para vencer todas as dificuldades.

Perda de valores

Quero me deter numa questão profunda: o pessimismo. Ou ainda: o niilismo que permeia a sociedade contemporânea.

O niilismo é comumente atribuído a

Friedrich Nietzsche (1844-1900) por sua afirmação da morte de Deus. Convém notar, entretanto, que não se trata de um fenômeno exclusivamente europeu. Tem genealogias múltiplas no pensamento oriental. Uso aqui o termo em referência à patologia da civilização que paira como



um miasma sobre o desolado panorama humano ferido pelas contradições da globalização. Essa tendência é visível no Japão, no teor quase sempre pessimista do discurso. A razão disso, acredito, não se limita ao fim da era de consistente crescimento econômico.

Essa decadência é caracterizada pelo pessimismo e niilismo que difere da experiência das pessoas durante a Grande Depressão da década de 1930, quando o socialismo era colocado como alternativa para o sistema em vigor. O atual pessimismo pare-

Proposta de Paz 2010

ce o oposto da energia frenética de uma bolha inflacionária, mas na realidade, é simplesmente um aspecto daquelas contradições.

O cientista político francês Emmanuel Todd faz a seguinte análise do que chama de “culminação lógica” da globalização centrada das finanças: “Ao querer ‘libertar o indivíduo’ de qualquer pressão coletiva, só conseguiu fabricar um anão amedrontado e desanimado, que procura a segurança na divinização e no entesouramento do dinheiro”.³

O reverso do mamonismo (culto do dinheiro) é, em outras palavras, o niilismo. Aspectos que parecem diametralmente opostos são, na realidade, gêmeos nascidos da civilização moderna. São produtos desta era que poderia ser chamada de “era da perda de valores”. Nenhuma outra medida é reconhecida além da monetária. Até mesmo discussões de aspectos negativos da globalização, como a pobreza e a disparidade de renda, são consideradas em termos de valores monetários, tornando-os improdutivos e desumanos.

A crescente desigualdade de renda é inegável. Não podemos fechar os olhos para tantas tragédias que dela se originam, inclusive crimes e suicídios. Há muito tempo saliento que existe uma clara responsabilidade política para enfrentar a situação. Medidas legais e sistêmicas para manter uma rede de segurança social são exigências dos valores éticos, como equidade e justiça, sobre os quais toda ordem social próspera repousa. Contudo, minha preocupação maior é com o precário resultado dos esforços para melhorar as condições físicas e tangíveis. Porque só combatem os sintomas. O fundamental é eliminar as causas. Para assegurar a eficácia genuína e duradoura de nossa resposta é imprescindível um mergulho espiritual, uma reavalia-



ção profunda de nossas prioridades.

O objetivo básico da civilização moderna é fazer da capacidade econômica — a habilidade para o maior lucro possível e o acúmulo de riqueza — o critério único do valor humano. Esta tendência crônica da civilização capitalista moderna — alimentada pela expansão sem limites da ambição — permanece essencialmente incorreta mesmo depois do experimento devastador do comunismo soviético. Quase quarenta anos depois da advertência do Clube de Roma com *Os Limites do Crescimento*, a humanidade já precisa aprender com as lições da atual recessão global e reconhecer essa patologia.

Sejamos conscientes: o padrão de valores que avalia a qualidade humana a partir de termos econômicos é o que Todd chama de *sistema de valor de mediocridades*. Ou melhor, de total ausência de valores. Precisamos perguntar a nós mesmos pelas razões do pessimismo e do niilismo tão difusos em sociedades industriais avançadas, onde o padrão de vida avaliado em termos rigorosamente materiais, superam monarquias e aristocracias do passado.

Refreando a cobiça

As maiores forças que levam ao desenvolvimento da civilização moderna são a ciência e a tecnologia. Yoshiharu Izumi, cientista que explora a relação entre religião, o budismo em particular, e a ciência, afirmou: “A humanidade busca um modo de vida estável e seguro, com a religião servindo de volante e freio para guiar e contrabalançar o acelerador da ambição que carrega o motor do intelecto”.⁴

De fato, a civilização moderna e, em especial, o sistema capitalista moderno era, aos olhos de Max Weber (1864-1920), caracterizado por um modo de

vida em que o grau de estabilidade era assegurado pelo funcionamento de éticas protestantes, agindo para frear um desejo desimpedido. Em outras palavras, questões embasadas no valor — Qual o objetivo do trabalho, dos esforços árduos de acumulação? — eram aspectos da vida diária. Isso proporciona certo equilíbrio ao espírito humano e à vida das pessoas.

Quando o volante e o freio param de funcionar, tudo o que resta são os excessos do que Weber chamou de “especialistas sem espírito,

sensualistas sem coração”.⁵ Pode-se dizer que a condenação que hoje se faz ao supercapitalismo — cobiça incontrolável — representa a fase terminal desse processo, em que o desejo e o intelecto romperam totalmente com quaisquer estruturas éticas.

A bolha de crédito que originou a atual crise financeira enraizou-se na expansão do mercado altamente especulativo de derivados desenvolvido pela engenharia financeira de ponta. Não é de admirar que questões de propósito ou impacto maior sempre se chocaram com a consciên-

Engenharia Genética

A engenharia genética consiste num conjunto de técnicas da biologia molecular. Possibilita a modificação do genótipo de uma pessoa, acrescentando ou removendo informação genética específica de células vivas. Há dois principais métodos: somático (que muda a constituição genética de células que compreendem órgãos e tecidos — fígado, cérebro, ossos — de um indivíduo em particular) e em células germinativas (que insere genes em óvulos ou esperma, ou em células não diferenciadas de um pré-embrião). A engenharia genética em células germinativas afeta cada célula do corpo do indivíduo resultante e as mudanças são passadas para todas as futuras gerações.

Embora a engenharia em células germinativas seja em alguns casos sugerida como um meio para evitar a transmissão de doenças hereditárias, o fato é que alteraria permanentemente a genética da espécie humana, tornando impossível prever o seu impacto a longo prazo.

De forma esmagadora, líderes das áreas política, religiosa e científica opõem-se à manipulação das células germinativas em seres humanos.

cia daqueles preocupados em transformar o mercado financeiro num cassino gigante.

Se a tendência do motor do intelecto — ou seja, ciência e tecnologia — escapar do controle e não for freada, poderá gerar consequências realmente fatais para a humanidade. Os horrores de Hiroshima e Nagasaki puseram fim à fé no progresso que já havia sido fortemente abalada pelos acontecimentos das primeiras décadas do século 20. O pesadelo desencadeado pelo desenvolvimento de tecnologias de armas nucleares demonstra claramente o imenso perigo da interação de conhecimento de ponta, intelecto e desejo insaciável de poder — incluindo o desejo de dominar os outros, condição de

vida que o budismo denomina de estado de Fome.

O físico nuclear e ativista da paz Joseph Rotblat

(1908-2005) descreve no livro do qual sou coautor o desespero que o dominou ao saber que uma arma atômica fora usada contra Hiroshima. De fato, poucos eventos lançaram sombras tão escuras de niilismo — a obliteração de todos os valores — sobre o futuro da humanidade.

Outra ameaça do niilis-



Encontro com Joseph Rotblat (fevereiro de 2000)

Proposta de Paz 2010

mo contemporâneo reside no desenvolvimento potencial de formas extremas de biotecnologia, como a engenharia genética de células germinativas.

Francis Fukuyama (*Nosso Futuro*

Pós-Humano: Consequências

da Revolução da Biotecnologia)

e Bill McKibben (*Enough: Staying Human in na Engineering Age*) estão entre os que sugerem a ostensiva possibilidade de um mundo “pós-humano”, em que a herança espiritual acumulada em milênios — moralidade e religião, cultura e arte — serão insignificantes e sem valor.

A engenharia genética pode, por puro egoísmo das pessoas (o desejo de perfeição delas e de seus descendentes), atingir um nível de desenvolvimento que escapa à nossa consciência. Assim, se a tecnologia das armas nucleares é considerada uma ameaça à existência da humanidade, a manipulação de células germinativas pode ser vista como um desafio à nossa humanidade, ameaça à integridade fundamental dos seres humanos. Envolvendo ambas as ameaças tecnológicas está a sombra escura do niilismo, às vezes manifestando confiança arrogante, outras vezes fria indiferença...

A ciência e a tecnologia divorciadas da questão do valor estão sujeitas a não ter controle algum da realidade e encerram a possibilidade de conduzir a sociedade a perigo mortal.

Numa era em que o acúmulo de conhecimento científico já atingiu o ponto de não retrocesso, ganham relevo as ideias de Martin Heidegger (1889-1976) em relação à tecnologia —

o que realmente perturba não é a tecnologia em si, mas a absurda resposta, totalmente inadequada, que damos aos desafios que ela apresenta.

A linguagem e os valores do bem

A filósofa francesa Simone Weil (1909-1943) escreveu em 1941 em tom de lamentação: “As principais características da primeira metade do século 20 são o crescente enfraquecimento e o quase desaparecimento do conceito de valor”. Cita a observação de Paul Valéry (1871-1945) de que decaiu toda uma classe de palavras, especialmente as que se referem ao bem. “Palavras como virtude, nobreza, honra, honestidade, generosidade tornaram-se de uso impossível e ainda adquiriam significados adulterados; a linguagem quase já não serve mais para enaltecer legitimamente o caráter humano”. Weil referiu-se a isso como “enfraquecimento do senso de valor”.⁶

A visão de Simone Weil assim como a do filósofo contemporâneo Gabriel Marcel (1889-1973), incorpora verdades eternas. Podemos aplicar facilmente as conclusões de Weil para a nossa atual situação. De fato, o mal

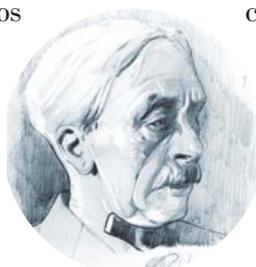
que ela descreve tem se agravado. A guerra já representa a patologia humana de forma tão concentrada que o uso de armas de destruição em massa e de técnicas de terrorismo têm tornado essa violência quase que totalmente indiscriminada: nos impede de perceber o valor



DRY/DIVULGAÇÃO



350.ORG



PAULVALERY.FR



SIMONE.WEIL.FREE.FR



JEAN-PIERRE MARCEL/DIVULGAÇÃO



WIKIPEDIA

moral do relacionamento com as pessoas como indivíduos únicos e insubstituíveis.

“Soka” significa, literalmente, “criação de valores” e os membros da Soka Gakkai Internacional estão determinados a responder, a nível mais profundo, ao desafio do niilismo — perda de valores que prevalece atualmente — e a reconstruir os caminhos que levam com segurança a civilização descontrolada. Consideramos essa empreitada uma das mais significativas dentro de um contexto maior de história humana.

O nosso movimento visa a dissipar as nuvens do niilismo para revelar a linguagem e os valores do bem que definha e está à beira da extinção. É um movimento silencioso para reviver o espírito humano e despertar cidadãos comuns, exortando-os a escolher o bem que seja fruto do autodomínio e que resista às armadilhas do mal. É uma tentativa de transformação fundamental das prioridades humanas, baseada na ideia de que uma mudança no destino de um único indivíduo pode transformar o destino de toda a humanidade — tema-chave de meu romance *Revolução Humana*.

Muitos comentaristas compreendem a essência do nosso movimento pela criação de valores e expressam simpatia pelos



Edifício do *Seikyo Shimbun*
(jornal diário da Soka Gakkai)

ideais de nossas publicações, como o jornal *Seikyo Shimbun*.

“Sem se deixar influenciar pelas tendências da época, o *Seikyo Shimbun* expõe uma clara filosofia, oferecendo o que é mais necessário para a era atual.” “O *Seikyo Shimbun* oferece às pessoas uma fonte de energia e fe-

licidade e continua a ser amplamente lido, porque se mantém fiel às perspectivas que a sociedade japonesa mais deve valorizar: a paz, a cultura e a educação.” “Tolstoi, Goethe e Hugo são gigantes da história espiritual da humanidade. Numa época em que muitos estão preocupados com o declínio da cultura, o *Seikyo Shimbun* é provavelmente a única mídia em que as palavras desses gigantes aparecem com grande regularidade.”

Esses comentários mostram que as pessoas de bem possuem elevadas esperanças no nosso movimento e na capacidade de romper com o atual impasse entre o pessimismo e o niilismo que prevalece.

Tchinguiz Aitmátov, escritor quirguiz, foi um grande amigo que faleceu em 2008. Ele compartilhou o seguinte episódio, que transmite a sensibilidade única de um romancista notável a um ponto que eu tenho tentado alcançar. Conselheiro de Mikhail Gorbachev, quando este era presidente da União Soviética, Aitmátov teste-



Tchinguiz Aitmátov,
escritor (maio de 1994)

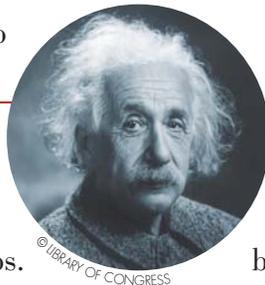
Proposta de Paz 2010

munhou a *perestroika*. Como escritor, por longos anos, lutou contra a censura imposta pelas autoridades políticas. Depois do colapso da União Soviética, a preocupação do escritor voltou-se para a emergência de nova e talvez ainda mais intimidadora forma de censura: a comercial. Aitmatov descreveu o seguinte episódio: Um jovem jornalista investiu toda a sua fortuna para criar um jornal de qualidade. Porém, depois de dez edições, o jornal faliu. O amigo do jovem fez-lhe o seguinte comentário: “Seu jornal não traz artigos sobre fofocas, não publica boatos espalhafatosos, nem notícias de mortes. Quem compraria um jornal desses?”⁷

Aitmatov comparou o episódio ao *Seikyo Shim-bun*, dizendo que o jornal não publica fofocas, nem invenções e consegue manter um conteúdo de elevado nível cultural. E o mais importante é que continua sendo lido por milhares de pessoas. Este feito, ele observou, é extraordinário.

É nossa convicção imutável que na religião está a fonte de energia para criar valores e abrir as portas de uma nova era. Existe a necessidade de uma religião que seja compatível com a Ciência e a abarque, que sirva para guiar e frear as tecnologias que, se mal utilizadas, podem causar a devastação da humanidade.

Autor da famosa declaração “Deus não joga dados”, Albert Einstein (1879-1955) foi firme na rejeição ao milagroso. Nos últimos anos de vida, contudo, Einstein mostrou-se cada vez mais sensível à natureza harmoniosa e integrada do cosmos.



Um dos momentos do diálogo entre Toynbee e Ikeda. A esposa do historiador, Veronica, e a Sra. Ikeda acompanham atentas (Londres, maio de 1972)

Ele enfatizou a ideia de uma religião cósmica ou “sentimento religioso cósmico”.⁸ Isso coincide com o conceito de “realidade espiritual derradeira”,⁹ que o historiador britânico Arnold Toynbee (1889-1975) e eu exploramos em nosso diálogo. Entrar nesse domínio, de forma tangível, requer uma sensibilidade em

particular, uma intuição religiosa e filosófica que torne relativos os conceitos de tempo e espaço que têm sido a base da ciência moderna.

Mas essa sensibilidade não é absolutamente algo que só os gênios possuem. Se observarmos além das diversas atividades da vida diária — o aspecto ruidoso de uma sociedade de informação que exige muito das terminações nervosas das pessoas — descobriremos uma capacidade inata para valorizar a realidade genuína, para ouvir as “batidas do coração” daquilo que realmente vale a pena ouvir.

A vida está no aqui e no agora

Fiquei impressionado com as seguintes palavras de recente entrevista com o crítico literário japonês Shozo Kajima: “Somente o aqui e o agora é real... Precisamos viver com paixão o aqui e o agora. Quando o sentimento de uma pessoa murcha, ela também envelhece”. Sobre a tendência da civilização

moderna de buscar felicidade e plenitude fora dela, Kajima clama às pessoas a “despertar para a riqueza das capacidades que nem sabem que possuem”.¹⁰

A frase “aqui e agora” remete ao provérbio “Cave debaixo dos próprios pés e aí acha-

rá uma fonte” e também à declaração de Einstein: “Minha eternidade é agora. Tenho apenas um interesse: cumprir com o meu propósito aqui onde estou”.¹¹

Essa ideia coincide profundamente com a visão do budismo. Conceitos fundamentais do Budismo Mahayana — a simultaneidade de causa e efeito, a correspondência do infinito passado com os Últimos Dias da Lei, a iluminação imediata, a consecução do estado de Buda na presente forma — não conforme a passagem linear do tempo físico ou histórico, mas que só podem ser compreendidos por meio de conceitos de tempo e espaço, diferentes daqueles que estão na base da ciência no período moderno.

Como Nietzsche observa em seu ensaio “Uso e Abuso da História na Vida”, a ideia de um passado fixo ou de um futuro adicional condicionado pelo tempo físico ou histórico é limitada: não pode influenciar no nosso modo de viver. Cada história, mesmo factual, torna-se estranha a nós, inadequada à realidade da nossa vida.

No registro minucioso da interpretação de Nitiren Daishonin (1222-1282) do Sutra de Lótus, ele diz: “Na palavra ‘desde’ (*irai*), o elemento *i* (já, ou decorrido) refere-se ao passado, e o elemento *rai* (porvir) refere-se ao futuro. O presente está incluído nesses dois elementos *i* e *rai*”.¹² É nada mais que um instante no fluxo do passado para o futuro. Mas, este presente instante é uma realidade que compreende o infinito passado e o ilimitado futuro: fonte de energia mais profunda e essencial. É essa força que, embora sujeita ao passado, abre esperanças para o futuro.

Neste sentido, agora é o ponto de partida para tudo. O aqui e o agora são a base, o eixo, o princípio e o fim de todos os aspectos da atividade humana. Se perdermos isso de vista e basearmos a vida num mundo virtual, acabaremos como escravos das

próprias tecnologias que criamos, oscilando descontroladamente entre eufóricas bolhas econômicas, pânico e desespero. A realidade será consumida por sua contraparte virtual. A principal função da religião é ajudar as pessoas a fincar os pés firmemente no aqui e no agora, de tal maneira que percebam a necessidade de corrigir o seu curso.

Na tradição budista, o caminho do bodhisattva é um modo de vida dedicado ao compromisso social. Está enraizado num senso de unicidade com a vida do cosmos, ao mesmo tempo, está comprometido com a ação corajosa e o projeto de “viver bem”, do agora para o porvir.

Einstein, ao buscar o sentimento religioso cósmico, manifestou a consciência e o caráter universal enquanto se dedicava às atividades pela paz. Do mesmo modo, o pioneiro que decide se levantar sozinho pela transformação da história está vivendo o momento presente, vitalmente comprometido neste instante com a criação de valor. Ele é levado por impulsos irresistíveis de consciência e, frente ao rico espectro de possibilidades de espaço e tempo compreendido naquele seu momento, corajosamente gera a linguagem de valores do bem.

Não há caminho fácil nem para aprender, nem para realizar o bem. Não temos escolha, a não ser assumir deliberadamente desafios difíceis, com os pés fincados na realidade, aprimorando-nos incessantemente na fornalha da alma. Este é o caminho direto para a conquista do bem.

Como Marcel observou: há sempre uma tensão entre “a individualidade das circunstâncias e a universalidade da lei”. Considerou essa tensão “o ponto crucial, a fonte” de valor.¹³ O budismo ensina: “O superficial é fácil de abraçar, o profundo é difícil”.¹⁴ Esta frase brilha como eterno guia para a vida.

Para vencer essa tensão, essa fornalha, sem des-

Proposta de Paz 2010

vios é preciso disposição para buscar o profundo e nos fortalecer dia a dia, mês a mês. Aqui encontramos a tensão do coração que possibilita romper com a tendência do ser humano a sempre buscar o caminho fácil, em vez da constante conquista da superação.

Tudo, em essência, é impermanente. A realidade é uma sucessão interminável de transformações. Um adágio ensina que se você não vir alguém por três dias, espere o próximo encontro com mais esperança. Em outras palavras, a pessoa que se esforça para amadurecer, em apenas três dias, dá sinais de mudança. Quem explora as profundezas, logo vai sentindo as mudanças. Responderá a elas com acuidade, sem deixar de avançar para a criação de valores.

Palavras como esperança, coragem, esforço, amizade e gentileza são qualidades de quem procura romper as dificuldades, por um futuro melhor. Eis por que, em minha palestra na Universidade de Harvard, em 1991, enfatizei a importância da contemplação, do autoquestionamento, por meio do qual a pessoa alcança a sua própria essência e toma decisões que expressem estímulos internos e motivações da consciência.

Quando as pessoas de fé sucumbem ao impulso de confiar cegamente e de atribuir total responsabilidade às forças exteriores, nesse caso, a religião apenas serve de ópio e não é capaz de ajudá-las na busca de um novo modo de vida — descrito no budismo como o caminho do Bodhisattva — como agentes de mudança capaz de transformar a era.

A fornalha da luta espiritual



O filósofo espanhol José Ortega y Gasset (1883-1955) usou o termo “a vida da história” para descrever esta fornalha de incessante luta espiritual e ofereceu a seguinte vívida descrição:

Não creio na absoluta determinação da história. Ao contrário, penso que toda vida e, portanto, a história, compõem-se de simples instantes, cada um dos quais está relativamente indeterminado em relação ao anterior, de modo que nele a realidade vacila, *piétine sur place*, e não sabe bem como se decidir entre as várias possibilidades. Esse titubeio metafísico proporciona a todo o vital essa inconfundível qualidade de vibração e estremeamento.¹⁵



Esse “titubeio metafísico” não deve ser confundido com falta de decisão. Indica a fonte de energia para rejeitar todas as concepções fixas e esforçar-se para encontrar o bem dentro de um estado de tensão, marcado por uma “vibração e estremeamento”.

Faz lembrar a súplica de Brahma a Sakyamuni para ensinar o Darma. Depois de atingir a iluminação, Sakyamuni relutou em ensinar o Darma sabendo quão profunda, misteriosa e insondável era a natu-

reza da iluminação. Brahma, o Senhor do Universo na cosmologia indiana, apareceu diante dele, implorando para ensinar o Darma pelo bem de todos os que sofrem. Há uma ressonância entre a hesitação de Sakyamuni e o que Ortega y Gasset descreve como titubeio metafísico.

A capacidade de hesitação pode ser comparada à força necessária para retesar ao máximo a corda de um arco: na certeza de que a flecha disparada vencerá todas as dificuldades para atingir o alvo do bem. A pessoa que manifesta essa habilidade consegue resolver os dilemas da vida — com flexibilidade, cautela e rapidez — enquanto escolhe conscientemente a linguagem e os valores construtivos. Desta forma, essa hesitação serve como ponto decisivo e fonte de criação de valor.

Num poema que dediquei aos jovens, pedi que fizessem um processo de revolução pessoal “saúdavel e gradual”,¹⁶ nos seus diversos modos de pensar.

As escolhas e decisões das pessoas que aspiram ao bem, revelarão imensa variedade, dependendo de seus respectivos aqui e agora, que Marcel chamou de “particularidade das circunstâncias”. Mas é a disposição de ir às profundezas e o esforço para nos fortalecer, que nos possibilitarão levar avante a determinação, sem evitar e sem fugir dessas circunstâncias.

Os Miseráveis, de Victor Hugo (1802-1885), é uma obra que aprecio desde jovem. Inicia com um argumento entre o bispo Myriel e um moribundo convencionalista, sobre os respectivos clamores por justiça da Igreja Católica e da Revolução Francesa. Quando o bispo pergunta ao convencionalista o que ele pensa de Marat [Jean-Paul Marat (1743-1793)] aplaudindo a guilhotina, o segundo rebate perguntando ao bispo o que ele achava então de Bossuet



Mikhail Gorbachev
em visita ao Japão
(11 de junho de 2007)

[Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704)] cantando o *Te Deum* quando os dragões [soldados do exército francês] atacavam os protestantes.

Pode-se avaliar essa divergência como um confronto, um diálogo interior de Hugo para debater fatos históricos. Hugo não aceita nem toma partido. Isso sugere que a difícil questão de justiça — que tem causado sofrimento às pessoas desde a antiguidade — era de seu interesse.

É preciso resistir à tentação de abandonar o diálogo e adotar a violência. Permanecer comprometidos com o processo de hesitação filosófica, resistindo à tensão e à fornalha da luta espiritual incessante, onde nossa humanidade é realmente forjada.

A existência dos outros é a premissa inevitável para um modo de vida genuinamente humano.

O diálogo com os outros é um processo incessante que nos fortalece cada vez mais.

Ortega y Gasset considera a disposição e a capacidade para coexistir pacificamente com pessoas diferentes como força que divide barbárie e civilização.

Em meu encontro com o ex-presidente soviético, Mikhail Gorbachev, o homem que devolveu o debate e o diálogo à cultura política da União Soviética, concordamos com a importância de aprender e respeitar os outros e de nos adaptar à realidade dos outros. De início, defini o nihilismo como uma

Proposta de Paz 2010

recusa ao sentido moral de valor, que nos compele a nos relacionar com as pessoas como indivíduos únicos e insubstituíveis. Por esta razão, acredito que discernir a concepção que os outros têm da vida permite a transformação de uma era enfraquecida do senso de valores e restaurar a linguagem do bem humano. O fortalecimento de cada um, dia a dia, mês a mês, é, portanto, um encorajamento incomparável e insuperável para a tarefa de vencer o niilismo.

Uma vida de contribuições

Tomo a oportunidade para discutir várias propostas que, acredito, podem apoiar esforços que resolvam as crises atuais da humanidade e edificar uma nova ordem de paz e coexistência para o século 21.

A crise econômica tem causado forte impacto na vida de cidadãos em muitos países. Existe a preocupação de que uma de suas consequências será a de um retrocesso dos esforços internacionais para solucionar questões globais, como a pobreza e a degradação ambiental. Precisamos evitar o ciclo em que crises dão surgimento ao pessimismo, que por sua vez, gera novas crises.

Apesar de protelados os esforços para a criação de uma estrutura internacional capaz de promover a redução dos gases de efeito estufa até 2013, isso não significa que não houve progresso algum. Por exemplo, a campanha de plantio de árvores iniciada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), em 2006, resultou, até o fim de 2009, no plantio de 7,4 bilhões de árvores no mundo inteiro. Esse trabalho tem a participação de milhões de cidadãos, desde alunos de escolas de ensino fundamen-

tal até chefes de Estado; o total de árvores plantadas chega a mais de uma por habitante do planeta.

Em 2008, o Pnuma lançou o programa “Rede Clima Neutro”, que visa a zerar a emissão de gases de efeito estufa. Várias nações e governos locais, como também corporações, ONGs, universidades e instituições educacionais, estão participando dessa rede. Embora seja verdade que negociações intergovernamentais não tenham chegado a acordo em Copenhague, esforços contínuos são feitos para encontrar propostas baseadas em novas formas de cooperação internacional, conduzidas por ações produtivas de indivíduos e organizações.

Para o encontro de soluções das questões globais,

2010 será um ano crítico, com vários impor-

tantes encontros programados, incluindo

a Conferência das Partes para Revisão

do Tratado de Não Proliferação de Ar-

mas Nucleares (TNP), em maio, e a

reunião de cúpula especial sobre os

Objetivos de Desenvolvimento do

Milênio (ODMs), em setembro.

É importante lembrar que sempre

há um jeito, uma rota que leve ao topo da

montanha mais elevada e ameaçadora. Ainda

que uma rocha escarpada se agigante

diante de nossos olhos, não podemos per-

der a coragem. Ao contrário, devemos continuar a per-

severante busca de um caminho. O que mais se exige

de nós é a imaginação, a capacidade de considerar as

crises atuais como oportunidades para transformar fun-

damentalmente o curso da história. Reunindo a força

de vontade e a determinação, podemos converter de-

safios em estímulos para mudanças positivas.

Quando a Soka Gakkai foi fundada em 1930, o

Japão e o mundo encontravam-se abalados devido

ao impacto da crise financeira. Alastrava-se o medo



Tsunessaburo Makiguti,
primeiro presidente da
Soka Gakkai

e a inquietude. Na época, o fundador da Organização, Tsunesaburo Makiguti (1871-1944), clamou pela mudança de um modo de vida dependente, ou mesmo independente, para o que chamou de uma vida de contribuições. Makiguti rejeitou o tipo de vida passivo e dependente em que as pessoas são controladas e vivem à mercê das circunstâncias e condições da época. Da mesma forma, ele rejeitou o modo de vida em que nos preocupamos somente com nossas próprias necessidades e permanecemos indiferentes ao sofrimento dos outros.

Em vez disso, Makiguti defende uma vida de contribuições descrita pela máxima budista:

“Quando acendemos uma lâmparina para os outros, iluminamos o nosso próprio caminho”. A fonte de iluminação necessária para dispersar o caos e a escuridão do nosso tempo é encontrada nas ações que despertam a nossa luz interior, ações comprometidas com os outros e que visam ao bem-estar geral.

O segundo presidente da Soka Gakkai, Jossei Toda (1900-1958), herdeiro do pensamento de Makiguti, declara: “Não quero mais ver a palavra ‘miséria’, usada para descrever o mundo, um país ou um indivíduo”.¹⁷ Ele pôs sua convicção em prática por meio de esforços dedicados à paz, à felicidade das pessoas e à construção da solidariedade popular, enraizada na filosofia de respeito à dignidade da vida e do ser humano.

Considerando os desafios enfrentados pelo mun-

Conferência de Revisão do TPN

O Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) é amplamente considerado a base dos esforços multilaterais pela não proliferação. Consiste de três pilares: não proliferação, desarmamento nuclear e uso pacífico de energia nuclear. O Tratado estipula a realização de uma Conferência de Revisão de Estados-Partes do TNP a cada cinco anos. O fracasso dos Estados nucleares para alcançar os desafios de desarmamento e proliferação tanto pelos Estados-Membros como pelos que não fazem parte do TNP tem comprometido a sua eficácia. A Conferência de Revisão de 2005 falhou em obter qualquer acordo substancial. Em maio deste ano, a Conferência de Revisão será o centro de grandes expectativas. Dentre os prováveis tópicos que serão tratados estão: desafios da proliferação emergente; redução de arsenais nucleares existentes; promoção de adesão universal ao TNP e aos seus Protocolos Adicionais; consequências por violações de tratado e retratação; zonas livres de armas nucleares; energia nuclear.

do contemporâneo, estou convencido de que nada é mais importante do que a mudança essencial em nosso modo de vida baseada no compromisso com o bem-estar da humanidade e do planeta, coerente com os apelos de Makiguti e Toda. Não basta nos preocuparmos em como o futuro vai se desenvolver. O que importa é saber o que fazer neste momento crítico, no papel que cada um pode desempenhar para a mudança do curso da história. Devemos fazer com que o modo de vida de ativa contribuição prevaleça como espírito da nova era.

Gostaria de oferecer algumas propostas concretas para duas importantes áreas. A pri-

meira refere-se às armas nucleares, que continuam a ameaçar a humanidade como o mal supremo, rejeitando totalmente as necessidades e o bem-estar dos outros. A segunda diz respeito às distorções estruturais da comunidade global, onde a miséria e a fome continuam a ferir a dignidade humana.

Por um mundo sem armas nucleares

Na proposta que escrevi em setembro de 2009, apresentei um plano em cinco partes para estabelecer os alicerces de um mundo livre de armas nucleares. Inclui a promoção de vários esforços de desarmamento e a criação de dispositivos de segurança sem os recursos dessas armas. Reafirmei também mi-

Proposta de Paz 2010

nha antiga convicção de que devemos lutar contra o verdadeiro inimigo, que não são as armas nucleares propriamente ditas, nem os Estados que as possuem ou as fabricam. O inimigo mais perigoso é o pensamento que justifica a existência de armas — a facilidade de aniquilar os outros transformados em ameaça ou obstáculo à realização de nossos objetivos.

Desejo que minhas propostas sejam passos para vencer e mudar o pensamento que justifica o uso das armas atômicas, bem como para fortalecer o ímpeto para a abolição delas.

O primeiro passo seria expandir, a partir do sistema do TNP, estruturas com bases institucionais que obriguem clara e legalmente o não uso de armas nucleares, eliminando assim a sua função de segurança nacional.

O segundo passo seria a inclusão da ameaça ou do uso de armas nucleares entre os crimes de guerra sob a jurisdição do Tribunal Penal Internacional (TPI), deixando claro que essas armas jamais devem ser usadas.

O terceiro passo seria criar um sistema fundamentado na Carta das Nações Unidas para que a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança trabalhem juntos visando à completa eliminação das armas nucleares.

Reconheço que não é fácil pôr em prática nenhuma dessas propostas. Todas, no entanto, podem ser firmadas sobre bases institucionais existentes. Não são, de modo algum, objetivos inatingíveis. É meu sincero desejo que a Conferência de Revisão do TNP a ser realizada em maio, inicie um movimento para esses objetivos e que estes possam ser implementados nos próximos cinco anos. Tais esforços devem culminar numa reunião de cúpula para a abolição nuclear em 2015 — realizada em Hiroshima e em Nagasaki, setenta anos depois do lançamento das

bombas atômicas que devastaram as duas cidades — que efetivamente marcariam o fim desses instrumentos de morte.

Expandindo as estruturas contra as armas nucleares

Até agora, as Zonas Livres de Armas Nucleares (NWFZ) têm trabalhado para preencher a lacuna deixada na estrutura legal pela falta de tratados ou convenções que proíbam o uso de armas nucleares. Em 2009, tratados de NWFZ entraram em vigor na Ásia Central e na África. Estes acordos similares abrangeram a América Latina e o Caribe, o Pacífico Sul e o Sudeste Asiático. A decisão de tantos governos de várias regiões do mundo para eliminar os arsenais nucleares é realmente significativa.

O preâmbulo do TNP, que entrou em vigor há quarenta anos, apela aos signatários a “emprender todos os esforços para afastar o risco de uma guerra e tomar medidas para resguardar a segurança dos povos”.¹⁸ Apesar disso, os Estados com armas nucleares não cumpriram essa obrigação.

O TNP, obviamente, não confere a esses países o menor direito de possuir essas armas. Contudo, a adesão contínua destes ao sistema de coibição nuclear resultaram no incentivo tanto da “proliferação vertical” (expandido os arsenais nos Estados nucleares) quanto da “proliferação horizontal” (a disseminação de tecnologias nucleares para outros Estados e entidades). O verdadeiro efeito mundial foi abalar as bases do regime do TNP.

Para os Estados nucleares, chegou o momento de desenvolver a visão comum de um mundo sem armas atômicas e de se livrar da crença ilusória de que a segurança pode ser obtida com ameaças de destruição mútua e com equilíbrio do terror. É hora de

um pensamento novo, voltado para a atuação conjunta a fim de enfraquecer ameaças e criar círculos mais amplos, capazes de proporcionar segurança física e psicológica, até abarcar o mundo todo.

Como evidência da decisão dos Estados nucleares em deixar a coibição, apelei a eles para que firmassem três compromissos na Conferência de Revisão do TNP em 2010 e se empenhassem para implementá-los totalmente até 2015:

1. Chegar a um acordo que obrigue legalmente a estender as garantias de segurança negativas — o não uso de armas nucleares contra quaisquer dos Estados não detentores dessas armas, cumprindo as obrigações com o TNP.

2. Iniciar a negociação de um tratado que codifique a promessa do não uso de armas nucleares uns contra os outros.

3. Para declarar qualquer área de uma região zonas livres de armas nucleares, é preciso um severo trabalho para comprometê-las a não usar esses armamentos.

Não tenho a intenção de subestimar as dificuldades existentes para o cumprimento desses compromissos, em especial o segundo e o terceiro. Mas é importante frisar que eles são decisões políticas que os Estados nucleares podem tomar agora, enquanto mantêm a condição atual de possuidores de armas nucleares.

Sobre as garantias de não uso mútuo, mesmo um acordo limitado aos Estados Unidos e à Rússia seria um evento divisor de águas que acarretaria na maior redução em ameaças perceptíveis, do qual ambas as partes se beneficiariam igualmente. Ofereceria também uma abertura para rever a distribuição extraterritorial de programas de defesa de ogivas e mísseis, como medidas para o desmantelamento gradual do guarda-chuva nuclear.

Conforme conclui o relatório da Comissão Internacional de Não Proliferação Nuclear e Desarmamento — iniciativa conjunta dos governos australiano e japonês, emitido em dezembro de 2009 — crescem os apelos de países que vivem sob o guarda-chuva nuclear por uma revisão da doutrina tradicional.

Entre os benefícios do estabelecimento de regiões nucleares não declaradas estaria o incentivo ao progresso da desnuclearização global e de um sistema abrangente para evitar a proliferação de todas as armas de destruição em massa e interceptar a terrível possibilidade de terrorismo nuclear. O objetivo seria transformar a postura de confronto prevalente em certas regiões — inclusive aquelas em que Estados com ogivas nucleares ou os aliados destes estão presentes — de enfrentar a ameaça com ameaça. O que deve ser encorajado em vez disso é a redução da ameaça mútua, exemplificada pelo Programa de Cooperação de Redução de Ameaças (CTR), instituído entre os Estados Unidos e os países da ex-União Soviética, após a Guerra Fria.

Lamentavelmente, o TNP, na estrutura atual, não tem sido capaz de reduzir ameaças e oferecer garantias mútuas para intensificar a confiança. Se progressos fossem logrados nas negociações para esses objetivos na base regional, mais importante seria a segurança física e psicológica da sua participação no desarmamento, impedindo o crescente isolamento externo. Sem dúvida, diminuiria a motivação para desenvolver ou adquirir armas atômicas.

Se, por meio desses sistemas, círculos expandidos de segurança física e psicológica pudessem ser criados, para envolver não apenas países que já contam com a proteção do “guarda-chuva” de Estados nucleares, mas também a Coreia do Norte e o Irã, e nações como a Índia, o Paquistão e Israel, que atualmente não fazem parte do TNP, isso representaria maior aber-

Proposta de Paz 2010

tura para o objetivo de desnuclearização global.

A relação de tratados que deveriam ser ratificados pelos países que estão dentro de uma região declarada não nuclear, incluiria: o Tratado Abrangente de Proibição de Testes Nucleares, a Convenção sobre Terrorismo Nuclear, a Convenção sobre Proteção Física do Material Nuclear, a Convenção sobre Armas Biológicas e a Convenção sobre Armas Químicas. Pensando no futuro, o Tratado de Supressão de Material Físsil deveria ser acrescentado à lista quando for finalizada.

Nesses esforços, uma abordagem multifacetada é requerida. O presidente norte-americano John F. Kennedy (1917-1963) declarou:

“Não há uma única chave para a paz — nem uma fórmula extraordinária ou mágica a ser adotada por uma ou duas potências. A paz genuína deve ser produto de muitas nações, a soma de muitas ações”.¹⁹

Na minha proposta de setembro do ano passado, pedi aos países atualmente envolvidos nas conversações das seis partes sobre o programa nuclear da Coreia do Norte — China, Japão, Coreia do Norte, Rússia, Coreia do Sul e Estados Unidos — que declarassem o Nordeste da Ásia como uma região de não uso nuclear. Este seria um passo em direção à desnuclearização da área, incluindo, naturalmente, o abandono do programa de armas nucleares da Coreia do Norte. Tenho grandes esperanças de que discussões serão iniciadas para o estabelecimento de tais sistemas em regiões como o Oriente Médio e o Sul da Ásia, onde, há muito tempo, ocorrem tensões.

Esclarecer a ilegalidade do uso das armas nucleares

Minha segunda proposta é a criação de normas que torne explícita a ilegalidade do uso das

armas nucleares.

Até o momento, tratados já foram estabelecidos proibindo, de modo abrangente, o desenvolvimento e a produção, a posse e a estocagem, a transferência e a aquisição de armas químicas e biológicas de destruição em massa. O Protocolo de Genebra de 1925, que proíbe o uso dessas armas, foi adotado em resposta ao enorme sofrimento ocasionado pelo uso de gás tóxico na Primeira Guerra Mundial e representou importante passo para proibições abrangentes.

O Protocolo menciona a condenação do uso de armas químicas pela opinião pública internacional, declarando que a sua proibição seja “universalmente reconhecida como parte do Direito Internacional e imposta tanto à consciência quanto à prática das nações”.²⁰ Estipula o Protocolo proibição similar ao uso de armas biológicas.

Hoje, o conceito de posse, bem menos que o uso, de armas químicas ou biológicas por qualquer Estado causa grande reação na comunidade internacional. A vergonha associada a elas se estabeleceu firmemente. Precisamos dar forma concreta a um reconhecimento similar em relação às armas nucleares, que, sem dúvida, são as armas mais desumanas de todas.

Na conferência anual do Departamento de Informações Públicas das Nações Unidas (UNDPI) para ONGs, realizada em setembro de 2009, na Cidade do México, da qual representantes da SGI participaram, Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU, declarou que “as armas nucleares são imorais e não deve ser conferido a elas valor militar”.²¹

Os que se encontram em posição de liderança têm o dever de reconhecer que as armas atômicas



são abomináveis, além de militarmente inúteis.

No percurso dos eventos e resoluções pela proibição abrangente das armas químicas e biológicas, a primeira coisa a ser feita para encerrar definitivamente a era nuclear deve ser o estabelecimento de normas proibindo o uso delas.

Há mais de meio século, em setembro de 1957, meu mestre Jossei Toda condenou as armas atômicas como um mal absoluto, que não deveriam ser usadas sob quaisquer circunstâncias. Nos anos que se seguiram, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou uma série de resoluções declarando o uso dessas armas um crime contra a humanidade e a civilização. Contudo, uma clara norma a respeito dessa questão ainda precisa ser consagrada.

Em 1996, A Corte Internacional de Justiça (CIJ) emitiu um parecer consultivo sobre a ameaça ou o uso de armas nucleares: “A ameaça ou o uso de armas nucleares seria geralmente contrária... aos princípios e às regras de direito humanitário”. A Corte, contudo, absteve-se de opinar sobre a licitude da ameaça ou do uso de armas nucleares “em circunstâncias extremas de autodefesa, em que a própria sobrevivência de um Estado estaria em jogo”.²² Enquanto esta questão crítica continuar não resolvida, o uso de armas nucleares sempre poderá ser justificado, e eis por que precisamos criar leis severas que tornem os armamentos atômicos inutilizáveis.

Christopher Weeramantry, presidente da Associação Internacional de Advogados contra as Armas Nucleares, foi um dos juízes participantes da reunião. Ele emitiu sua opinião separadamente, expressando que “o uso ou a ameaça de uso das armas nucleares é ilegal em quaisquer circunstâncias”.²³ Em seu livro *Universalising International Law*, Weeramantry enfatiza que considerar a voz e a palavra dos cidadãos comuns contribui para tornar o direito in-



Linus Pauling e
Daisaku Ikeda
(fevereiro de 1987)

ternacional mais universal e destaca a importância da “opinião das pessoas como *opinio juris*”.²⁴

Fazendo um retrospecto da história das armas nucleares, percebemos que em situações de crise e de perigo extremo elas foram evitadas, avanços alcançados. Mas a ideia de que as armas nucleares podiam ser usadas foi se desgastando. Isso foi percebido graças à interação sinérgica da restrição prática e moral exercida pelos líderes políticos e à crescente pressão da opinião pública internacional de que qualquer repetição dos horrores do uso dessas armas devia ser evitada a todo custo.

Por exemplo, a primeira restrição ao desenvolvimento das armas nucleares — o Tratado de Proibição Parcial de Testes Nucleares de 1963 — foi adotada com os esforços de líderes soviéticos e americanos, que juntos se ergueram para evitar a guerra nuclear durante a Crise dos Mísseis Cubanos e com o movimento de cidadãos para “eliminar a bomba”, conduzido por Linus Pauling (1901-1994) e outros cientistas.

De forma semelhante, o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF), o primeiro acordo a reduzir, de fato, o número de armas nuclea-

Proposta de Paz 2010

res, foi adotado numa série de reuniões de cúpula e teve como fundo de cena o impactante desastre da usina nuclear de Chernobyl. Outro importante fator desse direcionamento político foi a oposição pública ao desenvolvimento de armas nucleares na Europa nos anos 80.

Embora essas ações apresentem apenas um progresso limitado, refletem o constante aprofundamento de consciência dentro da comunidade internacional de que as armas nucleares nunca devem ser usadas e que medidas rigorosas são necessárias para conter sua ameaça. Este fato é ainda mais surpreendente se lembrarmos que, logo depois da Segunda Guerra Mundial, as bombas nucleares foram vistas como armas convencionais extremamente destruidoras e de uso inevitável.

Por mais discordantes que nossos ideais sejam da realidade, não devemos nos desesperar ou nos resignar. Em vez disso, como cidadãos do mundo, precisamos nos unir e criar outra realidade. A proibição das minas terrestres e das bombas de fragmentação em anos recentes é fruto de tal solidariedade.

Ano passado, clamei por um movimento de apoio a uma “Declaração dos Povos do Mundo pela Abolição Nuclear”, que poderia ser feita em conjunto por indivíduos, organizações, grupos religiosos e espirituais, universidades e institutos de pesquisa e também por agências do sistema das Nações Unidas.

Além dessa iniciativa, sugiro, nesta oportunidade, a promoção de um movimento para ratificar o Estatuto do Tribunal Penal Internacional, definindo o uso de armas nucleares como crime de guerra.

Devemos abraçar o objetivo de fazer da proibição desses aparatos de destruição em massa, norma e aspiração comuns de toda a humanidade até 2015, o 70º aniversário do lançamento das bombas de Hiroshima e Nagasaki. Uma norma para limpar

o caminho rumo à total abolição das armas nucleares — desejo ardente não só dos sobreviventes dos ataques nucleares mas dos povos do mundo.

Muitos Estados participantes das negociações que conduziram ao estabelecimento do TPI em 1998, defendiam a inclusão do uso de armas nucleares como crime de guerra enquadrado na jurisdição do Tribunal. Porém, isso não foi considerado na redação final do Estatuto de Roma, quando de sua adoção. Reconsiderarei a questão em minha proposta de paz do ano seguinte. Em novembro de 2009, na 8ª Sessão da Assembleia dos Estados-Membros do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, o México propôs a emenda ao Estatuto. Um grupo de trabalho foi criado visando a essa ratificação e outras revisões. Considero o fato um importante avanço da paz.

Os Estados que não fazem parte do TPI, em especial, as nações nucleares, deveriam ser convidados a participar dos debates sobre esta questão como observadores. É importante que o maior número possível de representantes de governos confronte, por meio de sério debate, a natureza desumana das armas nucleares e a intolerável ameaça que elas representam. Obviamente, a finalidade da revisão proposta mais do que punir o uso de armas nucleares, é estabelecer uma norma clara de que o uso delas, em qualquer circunstância, é inaceitável.

Para nós, membros da SGI, a declaração feita pelo segundo presidente da Soka Gakkai, Jossei Toda, clamando pela proibição das armas atômicas, é nossa eterna fonte de inspiração. Induzidos por ela, ao longo de meio século, prosseguimos na luta para combater os horrores das armas nucleares, elevando a consciência pública e conquistando apoio à sua abolição. Em setembro de 2007, por ocasião do 50º aniversário da declaração de Toda, a SGI lançou a Década dos Povos para a Abolição Nuclear.

Também nos dedicamos à Campanha Internacional pela Abolição das Armas Nucleares (Ican), promovida pela Associação Internacional de Médicos pela Prevenção contra a Guerra Nuclear (IPPNW) e encorajamos a adoção de uma Convenção sobre Armas Nucleares (CAN), proibindo essas armas de forma abrangente. Estou convencido de que a ratificação do Estatuto do TPI para tornar o uso de armamentos nucleares crime de guerra, daria maior impulso à adoção de uma Convenção sobre Armas Nucleares.

No Japão, desde o início de 2010, os membros da Soka Gakkai, em particular os jovens, têm se empenhado em diálogos populares para aprofundar a consciência entre as pessoas sobre a questão nuclear. Assinaturas também foram coletadas em apoio à adoção de uma CAN para serem entregues na Conferência de Revisão do TPI, em maio. É de natureza dos jovens não ser dissuadidos diante das dificuldades, resistir às tendências perversas da realidade e viver comprometidos com a realização dos mais elevados ideais. Se a chave para a proibição das armas nucleares reside em reunir de forma esmagadora a expressão da vontade popular, será na solidariedade dos jovens dedicados a esta causa que poderemos encontrar a energia para mudar a época.

Até hoje, a exposição “Da Cultura de Violência para a Cultura de Paz: a Transformação do Espírito Humano”, criada pela SGI em 2007, percorreu cinquenta cidades de vinte e dois países. Produzimos também, em DVD, o documentário “Testemunhas de Hiroshima e Nagasaki: o Brado das Mulheres pela Paz” que narra as experiências de sobreviventes das bombas atômicas. Determinados a cumprir a missão confiada por Jossei Toda, continuaremos a utilizar essas ferramentas educacionais como veículos para criar uma corrente irrefreável de energia popular visando à proibição e à eliminação de todas as ogivas atômicas.

Uso do Artigo 26 para obter avanços na questão do desarmamento

O terceiro principal tema que desejo tratar, fundamentando-me na Carta das Nações Unidas, diz respeito aos esforços de cooperação por parte da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança para a abolição nuclear.

Atualmente, os Estados Unidos e a Rússia encontram-se em negociações para um novo tratado de desarmamento nuclear em substituição do Tratado de Redução de Armas Estratégicas (Start) I, que tecnicamente expirou em 2009. Contudo, mesmo com as reduções mais ambiciosas sendo negociadas entre os dois países, ainda resta uma quantidade enorme de ogivas nucleares no planeta.

Para obter avanços efetivos na redução desse arsenal, é imprescindível expandir a estrutura além destes dois países, incluindo todos os Estados que possuem armamentos. Com este objetivo, proponho desenvolver e implementar um plano para um mundo livre de armas nucleares com base na Carta das Nações Unidas, a qual todos os governos se comprometem apoiar.

O Artigo 11 da Carta declara que a Assembleia Geral “poderá considerar os princípios comuns de cooperação na manutenção da paz e da segurança internacionais, inclusive os princípios que dispoñham sobre o desarmamento e a regulamentação dos armamentos, e poderá fazer recomendações relativas a tais princípios aos Membros ou ao Conselho de Segurança, ou a este e àqueles conjuntamente”.

Já o Artigo 26 diz que o Conselho de Segurança tem a responsabilidade de formular planos para a regulamentação dos armamentos a fim de “promover o estabelecimento e a manutenção da paz e da

Proposta de Paz 2010

segurança internacionais, desviando o menos possível de recursos humanos e econômicos do mundo para armamentos”.

Até hoje, a Assembleia Geral alicerça-se no Artigo 11, empenhando-se ativamente em questões de desarmamento. Em contrapartida, o Conselho de Segurança tem falhado em cumprir esse papel, deixando o Artigo 26 adormecido durante todos esses anos. Essa é uma das razões pela qual a Cúpula do Conselho de Segurança da ONU sobre Não Proliferação e Desarmamento Nuclear, realizado em setembro do ano passado, ter sido tão significativa. Para cumprir o compromisso firmado na ocasião, de “criar as condições para um mundo sem armas nucleares”,²⁵ o Conselho de Segurança — cujos cinco membros permanentes são todos Estados nucleares — deve assumir a liderança no estabelecimento de um fórum para negociações de desarmamento multilateral por meio de, por exemplo, uma série de reuniões de cúpula com a participação do secretário-geral das Nações Unidas.

Uma ação que poderia ser tomada pela Assembleia Geral seria fazer uma avaliação crítica do resultado prático das resoluções dedicadas ao objetivo da abolição nuclear. A Assembleia Geral começaria emitindo recomendações anuais ao Conselho de Segurança, pedindo pelo cumprimento das responsabilidades para atingir a redução mínima especificada de armas nucleares. Para fortalecer a autoridade moral das recomendações, estas poderiam ser acompanhadas por relatórios de Estados sobre ações por eles tomadas para a redução das tensões e promoção do desarmamento.

Nem é preciso dizer que a responsabilidade maior pela abo-



FOTOS: WMDCOMMISSION.ORG

lição nuclear recai sobre os Estados detentores dessas armas. É óbvio também que os Estados não nucleares não precisam esperar passivamente que as negociações pela redução de armas sejam concluídas. Por meio das próprias ações, eles podem pressionar para que a abolição seja agilizada e se concretize. Tais esforços estariam naturalmente em concordância com a linha de conduta estipulada pelo Parecer Consultivo do TPI, de que “qualquer tentativa de desarmamento geral e completo, em especial o desarmamento nuclear, necessita da cooperação de todos os Estados”.²⁶

Porque essas resoluções expressam a vontade da comunidade internacional, a Assembleia Geral estimula esforços ambiciosos de vários países para reduzir divergências. Isso, por sua vez, torna-se, nos termos do requerimento de Costa Rica (2008) ao Conselho de Segurança pela regulamentação de armas, conforme o Artigo 26, um meio “para romper o círculo vicioso da corrida armamentista que parece ganhar ímpeto em várias regiões do mundo, competindo com a priorização de gastos sociais e o acordo internacional de objetivos de desenvolvimento, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e afetando negativamente a segurança humana”.²⁷

Numa era em que todas as sociedades deveriam se unir para responder aos desafios comuns da humanidade — como a destruição ambiental e a pobreza —, os gastos militares ultrapassam os limites dos recursos econômicos e humanos. As armas nucleares, em particular, são um mal fundamental que não pode resolver as complexas questões globais, só podem agravá-las.

Jayantha Dhanapala, presidente das Conferências Pugwash sobre Ciência e Questões Mundiais, e Patricia Lewis, vice-dire-



tora do Centro de Estudos para Não Proliferação do Instituto de Pesquisa Internacional de Monterrey, são ambos especialistas em questões de desarmamento mundialmente renomados. Num prefácio escrito em conjunto para um relatório do Instituto das Nações Unidas para Pesquisa sobre o Desarmamento (Unidir), eles clamam que em qualquer discussão sobre desarmamento, seja sobre armas de pequeno porte, seja sobre armas de destruição em massa, à segurança humana deve ser dada prioridade. “Precisamos falar sobre desarmamento para colocá-lo em seu devido lugar: no centro de nosso pensamento sobre segurança humana. Desarmamento é ação humanitária.”²⁸

Com base neste princípio, clamo para que todos os esforços possíveis sejam feitos para a implementação plena do Artigo 26 da Carta das Nações Unidas, de forma que o Conselho de Segurança cumpra com as obrigações de desarmamento, fortalecendo o ímpeto para a abolição nuclear e a desmilitarização do nosso planeta.

Como país que teve a amarga experiência de um ataque nuclear, o Japão patrocina, há mais de uma década, resoluções da Assembleia Geral pela abolição das armas nucleares. O Japão também adere aos três princípios não nucleares (não produzir, não possuir e nem permitir a entrada de armas nucleares em seu território) como também aos três princípios de exportação de armas. A nação japonesa deve comprometer-se, aderindo firmemente a esse conjunto de princípios e, ao mesmo tempo, liderar a opinião pública mundial em prol da abolição nuclear.

Em novembro do ano passado, o Japão e os Estados Unidos fizeram uma declaração conjunta expressando a intenção de trabalhar ativamente para criar condições de eliminar por completo os arsenais nucleares. Este ano, o Japão atuará como membro do

Conselho de Segurança. O país deveria aproveitar a oportunidade para incentivar os Estados Unidos e outras nações nucleares a obter progressos no desarmamento. Seja como for, o Japão possui o dever único e a responsabilidade maior de trabalhar pela concretização de um mundo livre das armas nucleares.

Por um mundo de dignidade humana

Analiso agora algumas medidas para a resolução das distorções estruturais da comunidade global que ameaçam a dignidade humana e que foram trazidas para primeiro plano pela atual crise econômica.

Em 2009, houve uma pronunciada redução no ritmo de crescimento econômico nos países em desenvolvimento. A economia global sofreu uma contração que não se via desde a Segunda Guerra Mundial. Particularmente severo foi o impacto sentido pelos membros mais vulneráveis da sociedade. Existe a crescente preocupação de que outras crises humanitárias surjam em diferentes partes do mundo, caso não seja dada assistência a essas populações.

Há muitos anos, tenho frisado a necessidade fundamental da formação de redes de segurança internacional para salvaguardar a vida e a dignidade das pessoas e tornar realidade a segurança humana. Ao mesmo tempo, defendo a atribuição de poderes aos indivíduos, de efeito a longo prazo.

Desejo oferecer propostas concretas sobre o trabalho, os direitos e a valorização das mulheres e das crianças.

Trabalho: Fonte de dignidade

Antes, peço aos governos que enfrentem corajosamente a questão do desemprego e das oportunidades

Proposta de Paz 2010

de trabalho, pensando, em particular, nos jovens. A comunidade internacional deve se empenhar para ajudar a estabilizar o quadro de emprego nos países em desenvolvimento, de acordo com o Pacto Global para o Emprego, adotado pela Organização



Membros da Divisão Feminina da BSGI

Internacional do Trabalho (OIT), em junho de 2009.

Acredita-se que o número de desempregados tenha atingido 219 milhões, o maior contingente já registrado. É importante dirigirmos nosso olhar para além desse número vertiginoso, para as inúmeras tragédias individuais que ele representa. Há uma evidente obrigação política de continuar a tomar medidas para diminuir a insegurança e a pobreza que afligem vários setores da sociedade.

Os jovens, em particular, se não estiverem capacitados, são afetados por não conseguirem arrumar emprego e se já estiverem trabalhando, pelo risco de serem repentinamente demitidos. Além da dificuldade financeira, a insegurança em relação ao futuro e o sentimento de inutilidade podem deixar marcas profundas na vida desses jovens. Ao mesmo tempo, a dignidade humana é ameaçada quando indivíduos são empregados sob condições desumanas ou degradantes, ou quando não há segurança de trabalho. Tudo isso torna impossível para as pessoas planejarem o seu futuro.

Com base na convicção de que “trabalho não é conveniência” e de que “o trabalho deve ser fonte de dignidade”,²⁹ a OIT defende o conceito de trabalho decente para todos. Os líderes que se reuniram na Cúpula do G-20 em Pittsburgh, em setembro de 2009, endossaram: “Não podemos descan-

sar até que a economia global esteja totalmente recuperada e as famílias trabalhadoras em todo o mundo possam encontrar empregos decentes”.³⁰

Todas as medidas devem ser tomadas a fim de não repetir a grande contradição econômica que se

seguiu ao pânico financeiro de 1929, quando o povo ficou indefeso e a sociedade mergulhou em caos cada vez mais profundo.

Os governos devem cuidar para que iniciativas de assistência especificamente formuladas para enfrentar a atual crise econômica não acabem de forma prematura. Como a OIT adverte, isso pode atrasar em anos a restauração do mercado de emprego e impedir que a economia decole e se recupere. É, portanto, essencial que os governos continuem a desenvolver medidas bem coordenadas para expandir oportunidades de trabalho, de acordo com o Pacto Global para o Emprego.

Gostaria aqui de propor a criação de uma força-tarefa dedicada à promoção do trabalho decente e do Pacto Global para o Emprego sob incumbência do G-20, por ocasião da Reunião de Ministros do Trabalho do G-20, programada para este ano. Dessa forma, o G-20 assumiria a responsabilidade de ser a força motriz para a recuperação do emprego mundial, tomando ações compromissadas até que as pessoas consigam sentir concretamente que a crise já passou.

Mulheres: construtoras de um futuro melhor

Minha segunda proposta tem como foco a pro-

moção do ensino para as jovens. A expansão dos horizontes da educação feminina é vital por muitas razões e também a chave para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), que visam a reduzir de forma significativa o número de pessoas que sofrem com a pobreza e a fome, mas cuja realização até 2015, data limite estipulada, infelizmente é duvidosa.

Muitos países em desenvolvimento foram duramente afetados pela crise econômica, sem ter responsabilidade direta por ela. Isso não só tem minado os esforços de combate à miséria como tem empurrado as pessoas pobres para baixo da linha de pobreza. Mais do que nunca, o apoio ativo dos países desenvolvidos tem se tornado indispensável conforme a declaração de Ban Ki-moon, secretário-geral das Nações Unidas, que pediu por esforços derreadeiros para atingir os ODMs até 2015.³¹

A Reunião de Cúpula sobre os ODMs está programada para setembro. É uma oportunidade para renovar as estruturas de cooperação internacional e redobrar esforços para uma era que possibilite a todas as pessoas desfrutar uma vida digna e plenamente realizada.

Volto a frisar a importância da educação das jovens e do impacto dessa questão em todos os aspectos do desenvolvimento humano. Cada um dos Objetivos do Milênio, como a amenização da pobreza e da fome, envolve e afeta as mulheres. Nesse sentido, na igualdade de gênero e no “empoderamento”



Faculdade Feminina Soka

das mulheres está a chave para a consecução desses objetivos.

As crianças, cujas mães completaram o ensino fundamental, têm maior chance de viver além dos cinco anos de idade. Recebem também melhor alimentação e frequentam a escola. Dessa forma, a educação recebida pelas mulheres configura importante fator para encerrar o ciclo gerador

da pobreza. Os países que investem na educação feminina alcançam, a longo prazo, níveis mais elevados de desenvolvimento econômico.

A expansão de horizontes às mulheres, proporcionada pela educação, conduzirá a um futuro brilhante para elas próprias, para os filhos e a família e, conseqüentemente, permeará a sociedade com a luz da esperança. Sem dúvida, a educação possui esse potencial.

O número de matrículas de meninas em escolas de ensino fundamental tem revelado notável progresso graças a pro-

Resolução 1325

A Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre as mulheres, a paz e a segurança foi adotada por unanimidade em 31 de outubro de 2000. Esta foi a primeira vez que o Conselho de Segurança tratou do problema específico das repercussões dos conflitos armados sobre as mulheres, reconhecendo a forma depreciativa como é vista a contribuição feminina para a prevenção e a resolução de conflitos, edificação e manutenção da paz. A Resolução enfatiza a importância de igual participação das mulheres nos processos de manutenção da segurança e da paz. Defende o aumento da representação feminina nas Nações Unidas e pede a todas as partes do conflito que tomem medidas especiais para proteger mulheres e meninas da violência baseada em gênero, particularmente, estupro e outras formas de abuso sexual em situações de conflito armado.

Proposta de Paz 2010

gramas como a Iniciativa das Nações Unidas para a Educação de Meninas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Visualizando 2015, precisamos nos empenhar em criar condições para que o maior número de meninas tenha acesso aos ensinos médio e superior.

Para esse fim, proponho a criação de um fundo administrado internacionalmente dedicado a oferecer um futuro melhor para as mulheres. Esse fundo seria formado por parte das dívidas perdoadas de países em desenvolvimento e pela aplicação da quantia equivalente na educação feminina.

São muitos os desafios e as ameaças enfrentados pelas mulheres. A ampliação dos horizontes na educação possibilitam a elas se levantarem como protagonistas autoconfiantes, capazes de atravessar crises, redirecionar a vida e a sociedade para um futuro melhor. Plantar as sementes desse “empoderamento” agora é tornar isso uma realidade.

Há cem anos, quando a posição social das mulheres no Japão era muito baixa, o presidente fundador da Soka Gakkai, Tsunessaburo Makiguti, dedicou-se apaixonadamente para ampliar as oportunidades de ensino às mulheres, certo de que elas seriam as construtoras de uma sociedade melhor. Makiguti estabeleceu um programa que oferecia aulas por correspondência para mulheres que não possuíam condições de receber instrução no ensino médio após a graduação no ensino fundamental. Ele compilava materiais de estudo e os editava num periódico. Dentre outras iniciativas de Makiguti estão a criação de facilidades, aulas gratuitas para mulheres com restrições de recursos financeiros para aprender a costurar e a bordar, habilidades que, na época, constituíam o principal elemento da educação das meninas no Japão. Como herdeiro do espírito de

Makiguti, criei programas de curso por correspondência na Universidade Soka e fundei a Faculdade Feminina Soka.

As mulheres desempenham papel fundamental no movimento da SGI. A exposição “As Mulheres e a Cultura de Paz” foi criada pelo Comitê de Paz das Mulheres da Soka Gakkai, no Japão, com a colaboração da renomada ativista da paz Elise Boulding, e fóruns sobre o valor feminino são realizados para ajudar a elevar a consciência em muitas comunidades locais. A mensagem subjacente a esses esforços é que as mulheres são as construtoras da paz. Isso representa a tradução da crença de Makiguti para o contexto contemporâneo.

Essas atividades compartilham o espírito da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, adotada dez anos atrás, em outubro de 2000. O significado da Resolução reside, acima de tudo, no fato de que foi uma declaração para o mundo no início do século 21: o envolvimento das mulheres é essencial para que a paz duradoura seja alcançada.

Tive recentemente o privilégio de trocar ideias sobre o assunto com o ex-subsecretário-geral das Nações Unidas, Anwarul K. Chowdhury, que se empenhou incansavelmente para a sua adoção. O embaixador Chowdhury também concorda que a participação das mulheres possibilita que a cultura de paz aprofunde as suas raízes.

Em setembro de 2009, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou uma resolução para juntar quatro agências e escritórios com a finalidade de tratar das questões concernentes às mulheres — o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, a Divisão das Nações Unidas para o Avanço das Mulheres, a Assessoria Especial do Secretário-Geral para Assuntos de Gênero e o Instituto In-



ternacional de Pesquisa e Treinamento para o Avanço das Mulheres — formando uma nova entidade de alto nível dedicada à igualdade de gênero.

Tenho esperanças de que este novo órgão inclua entre suas principais atividades a supervisão do cumprimento da Resolução 1325, além de promover o “empoderamento” das mulheres, incluindo naturalmente a educação para meninas.

O grau de consolidação da Resolução 1325 refletiu-se claramente na participação feminina nos processos de paz. Por outro lado, a Comissão Construtora da Paz obedeceu à Resolução 1325 no trabalho de reconstrução em Burundi e em Serra Leoa. Contudo, mundialmente, as mulheres ainda compõem menos de dois por cento dos signatários dos acordos de paz e apenas sete por cento das negociações de paz.³²

Este é o ano do 15º aniversário da Plataforma de Ação de Pequim, padrão de políticas internacional relacionado às mulheres, adotada na Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres, e também do 10º aniversário da Resolução 1325. É importante, portanto, fazer de 2010 um ano rompedor de barreiras, de progressos significativos em relação ao empoderamento das mulheres em escala mundial. Para esse fim, espero que mais países venham a unir-se aos Amigos da 1325 e ao grupo *ad-hoc* de Estados-Membros das Nações Unidas, empenhados no respeito à Resolução. Neste e em outros fóruns devem ser realizados debates sobre a melhor forma de aumentar a participação feminina na construção da paz.

Crianças: tesouro da humanidade

Minha terceira proposta visa a proteger as condições de sobrevivência das crianças e a solidificar as bases para que o século 21 se torne o “Século da Paz e da Coexistência”.

Seja nos países em desenvolvimento, seja nos desenvolvidos, são as crianças quem pagam o preço mais alto quando a crise bate à porta. Com a economia em recessão e os orçamentos nacional e familiar duramente afetados, aumenta o número de crianças sem acesso à boa alimentação, à saúde, obrigadas a abandonar a escola para trabalhar.

Diante dessa situação, sugiro que escolas sirvam de refúgio para as crianças se protegerem das várias ameaças — como fortalezas de segurança humana — e tornem-se um local para formá-las como protagonistas de uma nova cultura de paz.

Em 1995, a Organização Mundial de Saúde (OMS) lançou a Iniciativa Global de Saúde na Escola, programa conduzido pela Fresh — Focusing Resources on Effective School Health (Concentração de Recursos em Saúde Escolar Efetiva). Criada em 2000, conta com a parceria da Organização Mundial de Saúde, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do Banco Mundial. A Fresh tem como objetivos estimular o aprendizado, melhorar o ambiente de estudo, desenvolvendo habilidades necessárias para estabelecer práticas saudáveis e oferecendo refeições escolares nutritivas.

A experiência do Programa Mundial de Alimentação comprova, há mais de quatro décadas, que os programas de merenda escolar protegem a saúde e garantem o futuro das crianças. O Unicef defende o projeto Escolas Amigas da Criança e a construção de salas de aula capazes de resistir a terremotos e tempestades, para que as escolas possam servir de abrigo em tempos de crise, local onde as crianças retomem a vida normal, de coração sereno.

Estes esforços e experiências educacionais devem ser aplicados de tal maneira que as escolas se

Proposta de Paz 2010



Alunos do Instituto
Educativo Soka do Brasil
(janeiro de 2009)

tornem centros de promoção da segurança humana e da construção de uma cultura de paz.

Em anos recentes, ênfase tem sido dada à valorização das crianças como agentes de mudança, em vez de simplesmente protegê-las, tamanha é a importância da questão. Vamos prepará-las porque mais tarde, serão elas quem vão iniciar ondas de mudanças, transformar e romper com os ciclos históricos de sofrimento e tragédia da humanidade.

Este ano de 2010 será o último da Década Internacional por uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo. Todas as iniciativas para promover a cultura de paz devem continuar nos anos vindouros, tendo as escolas como centro de atividades. A Declaração e Programa de Ação para uma Cultura de Paz, adotada pela Assembleia Geral em 1999, pede a todos os protagonistas: “Assegurar que crianças desde cedo sejam protegidas e beneficiadas com educação sobre valores, atitudes e manei-

ras de viver, para que sejam capazes de resolver pacificamente as divergências com respeito à dignidade humana, tolerância e não discriminação”.³³

Tenhamos estas palavras como diretriz na importante tarefa de formar as crianças para lidar com ameaças à vida e à dignidade, como também a disposição de resolver questões sempre pelo diálogo, jamais pela violência. Estes esforços devem envolver todos os lugares onde as crianças aprendem: o lar, a escola e a comunidade. Precisamos educá-las para que se tornem indivíduos capazes de defender os direitos e a dignidade delas e dos outros. É importante o papel das crianças para que a cultura de paz finque raízes na sociedade.

Para expandir ainda mais o alcance positivo de uma cultura de paz, é imprescindível não apenas o trabalho das Nações Unidas e dos governos, mas também o da sociedade civil. Precisamos elevar a consciência sobre as ideias constituintes de uma



cultura de paz em termos de valores, comportamentos e modos de vida.

Como herdeira dos ideais de Tsunessaburo Makiguti, a SGI se empenha para que a felicidade das crianças seja o padrão de avaliação do sucesso na solução dos problemas que a sociedade enfrenta.

A fim de corresponder à adoção da Convenção sobre os Direitos da Criança em 1989, promovemos as exposições “As crianças do mundo e o Unicef” e “Quais são os direitos das crianças?”. As exposições percorreram todo o Japão. Desde 1996, a mostra “Valorizando o futuro: os direitos e a realidade das crianças” circula pelos Estados Unidos. Para servir à Década Internacional, a exposição “Edificando uma cultura de paz para as crianças do mun-

do” tem viajado a vários países desde a sua inauguração em 2004 e “As crianças e a cultura de paz” é exibida em inúmeras cidades japonesas desde 2006.

As crianças são mensageiras do futuro, tesouro comum da humanidade. Convencidos de que o ato de encorajar e plantar a esperança no coração das pessoas é o caminho certo para a paz mundial, continuaremos a lutar para edificar uma comunidade global, onde a infância tenha as prioridades.

Recordo-me das palavras de Toynbee: “Nós não estamos fadados à repetição da história. Ela se revela. Os nossos esforços fazem a história”.³⁴

Este ano marca, respectivamente, o 80º e o 35º aniversários de fundação da Soka Gakkai e da SGI. Nossa história é a de pessoas comuns, incansáveis na cria-

Proposta de Paz 2010

ção de valores, que se recusam a se abater pelas violentas correntezas dos tempos. Quanto mais escuras as nuvens das crises que pairam sobre nós, mais vigorosamente os membros da SGI se empenham para irradiar a luz da esperança. Esta é a determinação que inspira os membros da SGI a trabalhar em suas comunidades nos 192 países e territórios.

Sustentados pelo grande espírito de nosso presidente fundador, Tsunessaburo Makiguti — de

conduzir uma vida de contribuições em benefício próprio e dos outros — e do segundo presidente Jossei Toda — de eliminar a miséria da face da Terra — continuaremos confiantes no poder do diálogo, empenhados em despertar o que há de melhor em cada indivíduo. Este é o caminho para formar uma rede mundial de pessoas verdadeiramente comprometidas com a paz mundial e com a vida da humanidade.

Notas

1. Obama, "A Just and Lasting Peace" ("Uma paz justa e duradoura").
2. Gandhi, *Hind Swaraj or Indian Home Rule* (Hind Swaraj ou Código Civil Indiano), p. 45.
3. Todd, *L'illusion économique* (A Ilusão Econômica), p. 24.
4. Izumi, *Kagakusha ga tou: Raise wa aru ka* (Os Cientistas Perguntam: Há Vida Depois da Morte?), p. 10.
5. Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* (A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo), p. 182.
6. Weil, *The Simone Weil Reader* (A Leitora Simone Weil), pp. 287-88.
7. Aitmatov e Ikeda, "Ikeda SGI kaicho to Chingisu Aitomafu" ("Diálogo entre o presidente da SGI e Tchinguiz Aitmatov"), p. 3.
8. Einstein, *Ideas and Opinions Based on Mein Weltbild* (Ideias e Opiniões Baseadas em Mein Weltbild), p. 38.
9. Toynbee e Ikeda, *Escolha a Vida*, p. 259.
10. Kajima, "Motomenai kokoro" ("O coração que nada busca"), p. 13.
11. Einstein, *Ideas and Opinions Based on Mein Weltbild* (Ideias e Opiniões Baseadas em Mein Weltbild), p. 38.
12. Nitiren, *The Record of the Orally Transmitted Teachings* (Registro dos Ensinos Oraís), p. 123.
13. Marcel, *The Decline of Wisdom* (O Declínio da Sabedoria), p. 33.
14. Nitiren, *The Writings of Nichiren Daishonin* (Coletânea dos Escritos de Nitiren Daishonin), v. 1, p. 402.
15. Ortega y Gasset, *A Rebelião das Massas*, p. 111.
16. Ikeda, *Complete Works* (Obras Completas), 39:39.
17. Toda, *Complete Works* (Obras Completas), 3:290.
18. AIEA, "Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares".
19. Kennedy, "Discurso de formatura".
20. CICV, "Protocolo sobre a proibição".
21. Ban, "Pela paz e pelo desenvolvimento".
22. CIJ, *Legalidade da Ameaça ou do Uso de Armas Nucleares*, p. 266.
23. Weeramantry, "Opinião divergente do juiz Weeramantry", p. 433.
24. Weeramantry, *Universalising International Law* (Universalização do Direito Internacional), p. 115.
25. NU, "Manutenção da paz e da segurança internacionais".
26. CIJ, *Legalidade da Ameaça ou do Uso de Armas Nucleares*, 264.
27. NU, "Fortalecimento da segurança coletiva".
28. Dhanapala e Lewis, "Prefácio", p. viii.
29. OIT, "OIT marca 90º aniversário com diálogo global".
30. G-20, "Declaração dos líderes: Cúpula de Pittsburgh".
31. Ban, "Relatório para a Assembleia Geral".
32. Unifem, "Declaração do Unifem".
33. NU, "Declaração e Programa de Ação para uma Cultura de Paz".
34. Toynbee, *Civilization on Trial* (A Civilização Posta à Prova), p. 45.

Bibliografia

- AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica). "Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares", 1970.
<http://www.iaea.org/Publications/Documents/Infcirc/Others/infirc140.pdf> (acesso em 11 de fevereiro de 2010).
- AITMÁTOV, Tchinguiz; IKEDA, Daisaku. "Ikeda SGI kaicho to Chingisu Aitomatofu shi tono kaidan" (Diálogo entre o presidente da SGI e Tchinguiz Aitmatov). *Seikyo Shimbun*, 20 de novembro de 1998.
- BAN, Ki-moon. "Pela paz e pelo desenvolvimento: Desarmamento, já!" Discurso de Abertura da 62ª Conferência Anual do DIP/ONG, Cidade do México, 9 de setembro de 2009. <http://www.un.org/News/Press/docs/2009/sgsm12445.doc.htm> (acesso em 11 de fevereiro de 2010).
- . 2009. "Relatório para a Assembleia Geral 'Agora é a nossa hora'". 23 de setembro. <http://www.un.org/apps/sg/sgstats.asp?nid=4089> (acesso em 11 de fevereiro de 2010).
- CHOWDHURY, Anwarul K.; IKEDA, Daisaku. *Atarashiki chikyu shakai no sozo e: Haha to ko no hohoemi ga kagayaku jidai o* (Imaginando uma nova sociedade global: em direção a uma era iluminada pelo sorriso de mães e filhos). *Ushio*, junho. Tóquio: Ushio Shuppansha, 2009.
- CICV (Comitê Internacional da Cruz Vermelha). "Protocolo pela proibição do emprego na guerra de gases asfixiantes, tóxicos ou similares e de meios bacteriológicos. Genebra, 17 de junho de 1925". <http://www.icrc.org/ihl.nsf/FULL/280?OpenDocument> (acesso em 11 de fevereiro de 2010).
- CIJ (Corte Internacional de Justiça). *Legality of the Threat or Use of Nuclear Weapons, Advisory Opinion* (Legalidade da Ameaça ou do Uso de Armas Nucleares, Parecer Consultivo), Relatórios CIJ, 1996. <http://www.icj-cij.org/docket/files/95/7495.pdf> (acesso em 11 de fevereiro de 2010).
- Década dos Povos para a Abolição Nuclear. <http://www.peoplesdecade.org/>
- DHANAPALA, Jayantha; LEWIS, Patricia. Prefácio, "Desarmamento como ação humanitária", Unidir/2001/23.
<http://www.unidir.ch/pdf/ouvrages/pdf-1-92-9045-001-1-en.pdf> (acesso em 11 de fevereiro de 2010).
- EINSTEIN, Albert. *Ideas and Opinions Based on Mein Weltbild* (Ideias e Opiniões Baseadas em Mein Weltbild). Carl Seelig, ed., Sonja Bargmann, trad. Nova York: Crown Publishers, 1954.
- FUKUYAMA, Francis. *Our Posthuman Future: Consequences of the Biotechnology Revolution* (Nosso Futuro Pós-Humano: Consequências da Revolução da Biotecnologia). Nova York: Picador USA, 2003.
- G-20. "Declaração dos Líderes: Cúpula de Pittsburgh". 24 e 25 de setembro de 2009. <http://www.pittsburghsummit.gov/mediacenter/129639.htm> (acesso em 11 de fevereiro de 2010).
- GANDHI, Mahatma. *Hind Swaraj or Indian Home Rule* (Hind Swaraj ou Código Civil Indiano). Ahmedabad: Navajivan Publishing House, 1938.
- GORBACHEV, Mikhail; IKEDA, Daisaku. *Nijusseiki no seishin no kyokun* (Lições Morais do Século 20), 2 vols. Tóquio: Ushio Shuppansha, 1996.
- HUGO, Victor. *Os Miseráveis*. Frederico Ozanam Pessoa de Barros, trad. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- ICNND (Comissão Internacional de Não Proliferação Nuclear e do Desarmamento). "Eliminando Ameaças Nucleares", 2009.
http://www.icnnd.org/reference/reports/ent/pdf/ICNND_Report-EliminatingNuclearThreats.pdf (acesso em 1º de março de 2010).
- IKEDA, Daisaku. *Seinen no uta* (Poemas da Juventude). Em *Ikeda Daisaku Zenshu* (Obras Completas de Daisaku Ikeda), vol. 39. Tóquio: Seikyo Shimbunsha, 1991.
- . 1991. "The Age of 'Soft Power' and Inner-Motivated Philosophy" ("A era do soft power e da filosofia da motivação interior").
<http://daisakuikeda.org/sub/resources/works/lect/lect-01.html> (acesso em 28 de fevereiro de 2010).
- . Cf. *Revolução Humana*, vol. 1. São Paulo: Editora Brasil Seikyo, 1987.
- . "Construindo a solidariedade global pela abolição das armas nucleares". http://www.daisakuikeda.org/assets/files/disarm_p2009.pdf (acesso em 11 de fevereiro de 2010).
- IZUMI, Yoshiharu. *Kagakusha ga tou: Raise wa aru ka* (Os cientistas perguntam: Há vida depois da morte?). Hiroshima: Naigai Insatsu, 1999.
- KAJIMA, Shozo. "Motomenai kokoro" ("O coração que nada busca"). Entrevista. *Nihon Keizai Shimbun*, 29 de outubro de 2009.
- KENNEDY, John F. "Discurso de Formatura em Universidade Americana", 1963.
<http://www.jfklibrary.org/Historical+Resources/Archives/Reference+Desk/Speeches/JFK/003POF03AmericanUniversity06101963.htm> (acesso em 11 de fevereiro de 2010).
- MAKIGUTI, Tsunessaburo. *Makiguchi Tsunessaburo Zenshu* (Obras Completas de Tsunessaburo Makiguti). Tóquio: Daisan Bunmeisha, 10 vols., 1981-1997.
- MARCEL, Gabriel. *The Decline of Wisdom* (O Declínio da Sabedoria). Nova York: Philosophical Library, 1955.
- MCKIBBEN, Bill. *Enough: Staying Human in an Engineered Age* (Basta: Mantendo-se Humano em uma Era Engenhada). Nova York: Owl Books, 2004.
- MOFA (Ministério das Relações Exteriores do Japão). "Declaração conjunta Japão-Estados Unidos para um mundo sem armas nucleares", 2009.

Proposta de Paz 2010

- <http://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/pv0911/nuclear.pdf> (acesso em 1º de março de 2010).
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *On the Use and Abuse of History for Life* (Sobre o Uso e o Abuso da História na Vida). Sioux Falls: NuVision Publications, 2007.
- Nitiren. *The Writings of Nichiren Daishonin* (Coletânea dos Escritos de Nitiren Daishonin), Comitê de Tradução de *Gosho*, ed. e trad. Tóquio: Soka Gakkai.
- . 2004. *The Record of the Orally Transmitted Teachings* (Registro dos Ensinos Orais), Burton Watson, trad. Tóquio: Soka Gakkai, 1999-2006.
- NU (Nações Unidas). Carta das Nações Unidas, 1945. <http://www.un.org/aboutun/charter/index.html> (acesso em 11 de fevereiro de 2010).
- . Assembleia Geral. "Declaração e Programa de Ação para uma Cultura de Paz". A/RES/53/243. Resolução adotada pela Assembleia Geral, Nova York, 6 de outubro de 1999. <http://www3.unesco.org/iycp/kits/53243A.pdf> (acesso em 1º de março de 2010).
- . "Coerência do sistema amplo". A/RES/63/311. Resolução adotada pela Assembleia Geral, Nova York 14 de setembro de 2009. <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/513/62/PDF/N0951362.pdf?OpenElement> (acesso em 1º de março de 2010).
- . Conselho de Segurança, "Resolução 1325". S/RES/1325 (2000). Resolução adotada pelo Conselho de Segurança, Nova York, 31 de outubro de 2000. http://www.un.org/events/res_1325e.pdf (acesso em 11 de fevereiro de 2010).
- . 2008. "Fortalecimento da segurança coletiva por meio da regulamentação geral e da redução de armamentos: o caminho mais seguro para a paz e o desenvolvimento". Relatório apresentado por Costa Rica. S/2008/697. <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Disarm%20S2008697.pdf> (acesso em 11 de fevereiro de 2010).
- . "Manutenção da paz e segurança internacionais: não proliferação e desarmamento nuclear". S/RES/1887. Resolução adotada pelo Conselho de Segurança em sua 6191ª reunião, em 24 de setembro de 2009. http://www.un.org/Docs/sc/unsc_resolutions09.htm (acesso em 11 de fevereiro de 2010).
- OBAMA, Barack. "A Just and Lasting Peace" ("Uma paz justa e duradoura"), discurso de aceitação do Prêmio Nobel da Paz, 2009. http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2009/obamalecture_en.html (acesso em 18 de fevereiro de 2010).
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). "OIT comemora 90º aniversário com diálogo social pelo trabalho decente e pela globalização equitativa". OIT/09/22. Press release, 20 de abril de 2009. <http://www.unidir.ch/pdf/ouvrages/pdf-1-92-9045-001-1-en.pdf> (acesso em 11 de fevereiro de 2010).
- . 2009. "OIT adota 'Pacto Mundial para o Emprego' para criar empregos, proteger os trabalhadores e estimular a recuperação da economia". OIT/09/39. Press Release, 19 de junho de 2009. http://www2.ilo.org/global/About_the_ILO/Media_and_public_information/Press_releases/lang-en/WCMS_108482/index.htm. (acesso em 11 de fevereiro de 2010).
- ORTEGA Y GASSET, José. *A Rebelião das Massas*, Marylene Pinto Michael, trad. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). "Campanha 3 bilhões de árvores: contagem de 7,4 bilhões de árvores", 2009. <http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?ArticleID=6437&DocumentID=606&l=en> (acesso em 11 de fevereiro de 2010).
- ROTLAT, Joseph; IKEDA, Daisaku. *A Quest for Global Peace* (Em Busca da Paz Global). Londres: I.B. Tauris, 2007.
- TODA, Jossei. Declaração pela Abolição das Armas Nucleares, 1957. <http://www.joseitoda.org/vision/declaration> (acesso em 28 de fevereiro de 2010).
- . *Toda Josei Zenshu* (Obras Completas de Jossei Toda). Tóquio: Seikyo Shimbunsha, 9 vols., 1981-1990.
- TODD, Emmanuel. *L'illusion économique: Essai sur la stagnation des sociétés développées* (A Ilusão Econômica: Ensaio sobre a Estagnação das Sociedades Desenvolvidas). Paris: Gallimard, 1998.
- TOYNBEE, Arnold J. *Civilization on trial, and The world and the West* (A Civilização Posta à Prova — o Mundo e o Ocidente). Cleveland: Meridian Books, 1958.
- ; IKEDA, Daisaku. *Escolha a Vida*, Ruy Jungmann, trad. Rio de Janeiro: Record, 1976.
- TPI (Tribunal Penal Internacional). "México: Proposta de emenda" em "Relatório do Bureau sobre a Conferência de Revisão: Adendo". ICC-ASP/8/43/Add.1, 18 de novembro de 1996. http://www.icc-cpi.int/iccdocs/asp_docs/ASP8/ICC-ASP-8-43-Add.1-ENG.pdf (acesso em 1º de março de 2010).
- Unifem (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher). "Declaração do Unifem na Sessão Anual do Comitê Executivo do UNDP/UNFPA", 28 de maio de 2009. http://www.unifem.org/news_events/story_detail.php?StoryID=881 (acesso em 1º de março de 2010).
- WEBER, Max. *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* (A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo). Talcott Parsons, trad. Nova York: Courier Dover Publications, 2003.
- WEERAMANTRY, Christopher. "Opinião divergente do Juiz Weeramantry", 1992. <http://www.icj-cij.org/docket/files/95/7521.pdf> (acessado em 11 de fevereiro de 2010).
- . *Universalising International Law* (Universalização do Direito Internacional). Leiden, Boston: M. Nijhoff Publishers, 2004.
- WEIL, Simone. *The Simone Weil Reader* (A Leitora Simone Weil). George A. Panichas, ed. Mt. Kisco, NY: Moyer Bell, 1977.

Propostas de paz proferidas por Daisaku Ikeda em 26 de janeiro, Dia da SGI



- 2009 – Competição Humanitária: nova esperança na história
- 2008 – A humanização da religião a serviço da paz
- 2007 – Resgatar a nossa humanidade: primeiro passo para a paz mundial
- 2006 – A nova era do povo: uma rede mundial de indivíduos conscientes e fortes
- 2005 – Uma nova era de diálogo: o triunfo do humanismo
- 2004 – Revolução interior: uma onda mundial pela paz
- 2003 – Por uma ética global – A dimensão da vida: um paradigma
- 2002 – O humanismo do caminho do meio – O alvorecer de uma civilização global
- 2001 – O desafio da nova era: construir a todo instante o “Século da Vida”
- 2000 – A paz pelo diálogo – É tempo de falar: uma cultura de paz
- 1999 – Pela cultura de paz – Uma visão cósmica
- 1998 – A humanidade e o novo milênio: do caos para o cosmos
- 1997 – Novos horizontes de uma civilização global
- 1996 – Rumo ao terceiro milênio: o desafio da cidadania global
- 1995 – Criando um século sem guerras por meio da solidariedade humana
- 1994 – A luz do espírito global: uma nova alvorada na história da humanidade
- 1993 – Rumo a um mundo mais humano no século vindouro
- 1992 – Uma Renascença de esperança e harmonia
- 1991 – O alvorecer do século da humanidade
- 1990 – O triunfo da democracia: rumo a um século de esperança
- 1989 – A alvorada de um novo globalismo
- 1988 – Entendimento cultural e desarmamento: os blocos edificadores da paz mundial
- 1987 – Propagando o brilho da paz: rumo ao século do povo
- 1986 – Rumo a um movimento global por uma paz duradoura
- 1985 – Novas ondas de paz rumo ao século XXI
- 1984 – Criando um movimento unido para um mundo sem guerras
- 1983 – Nova proposta para a paz e o desarmamento



Carta da Soka Gakkai Internacional

Preâmbulo

Nós, organizações constituintes da Soka Gakkai Internacional (SGI), abraçamos o objetivo fundamental e a missão de contribuir para a paz, a cultura e a educação, com base na filosofia e nos ideais do Budismo de Nitiren Daishonin.

Reconhecemos que, em nenhuma outra época da história, a humanidade testemunhou tamanha justaposição de guerra e paz, discriminação e igualdade, pobreza e fartura, como no século 20. O desenvolvimento da tecnologia militar cada vez mais sofisticada e exemplificada pelas armas nucleares, criou uma situação em que a própria sobrevivência da espécie humana foi posta em risco. A realidade da violenta discriminação étnica e religiosa tem se apresentado num interminável ciclo de conflito. Se não bastasse, o egoísmo e a negligência do homem causaram, e continuam causando, problemas mundiais, como a degradação do meio ambiente. Também observamos que os abismos econômicos criados se intensificam entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento, com sérias repercussões para o futuro coletivo da humanidade.

Acreditamos que o Budismo de Nitiren Daishonin, filosofia humanística de infinito respeito pela dignidade da vida e de benevolência que abrange tudo, capacita os indivíduos a cultivar a sabedoria e a criatividade do espírito humano para vencer as dificuldades e as crises que a humanidade enfrenta. Tal capacitação faz surgir uma sociedade de coexistência próspera e pacífica.

Nós, organizações constituintes e membros da SGI, determinamo-nos a elevar bem alto a bandeira da cidadania mundial, do espírito de tolerância e do respeito aos direitos humanos. Embasados no humanismo budista, no diálogo, nos esforços práticos e no firme compromisso com a não violência, nos dispomos a desafiar as questões mundiais. Assim, adotamos esta Carta para ratificar os seguintes princípios e propósitos:

1. A SGI contribuirá para a paz, a educação e a cultura, visando à felicidade e ao bem-estar de toda a humanidade, inspirada no respeito budista à dignidade da vida.

2. A SGI, com base no ideal da cidadania mundial, salvaguardará os direitos humanos fundamentais e não discriminará nenhum indivíduo.

3. A SGI respeitará e protegerá a liberdade de crença e de expressão religiosa.

4. A SGI promoverá a ampla compreensão do Budismo de Nitiren Daishonin por meio de intercâmbios, contribuindo, dessa forma, para a concretização da felicidade individual.

5. A SGI, por intermédio das organizações constituintes, encorajará seus membros a contribuir para a prosperidade de suas respectivas sociedades, como bons cidadãos.

6. A SGI respeitará a independência e a autonomia de suas organizações constituintes, de acordo com as condições predominantes em cada país.

7. A SGI, com base no espírito budista de tolerância, respeitará outras religiões, promoverá diálogos e atuará, em parceria, para a solução de questões fundamentais da humanidade.

8. A SGI respeitará a diversidade cultural e realizará intercâmbios culturais para criar, dessa forma, uma sociedade internacional de cooperação e de compreensão mútua.

9. A SGI visará, com base no ideal budista de simbiose, à proteção da natureza e do meio ambiente.

10. A SGI contribuirá para a promoção da educação, da busca da verdade e também do desenvolvimento da ciência para capacitar as pessoas a aprimorar o caráter e desfrutar uma vida plena e feliz.





"SUSTENTADOS PELO GRANDE ESPÍRITO
DE NOSSO PRESIDENTE FUNDADOR,
TSUNESSABURO MAKIGUTI –
DE CONDUZIR UMA VIDA DE
CONTRIBUIÇÕES EM BENEFÍCIO PRÓPRIO E
DOS OUTROS – E DO SEGUNDO
PRESIDENTE JOSSEI TODA – DE ELIMINAR A
MISÉRIA DA FACE DA TERRA –
CONTINUAREMOS CONFIANTES
NO PODER DO DIÁLOGO, EMPENHADOS
EM DESPERTAR O QUE HÁ DE MELHOR
EM CADA INDIVÍDUO. ESTE É O CAMINHO
PARA FORMAR UMA REDE MUNDIAL
DE PESSOAS VERDADEIRAMENTE
COMPROMETIDAS COM A PAZ MUNDIAL
E COM A VIDA DA HUMANIDADE."

DAISAKU IKEDA

